

TEMPO, ESPAÇO E GÊNERO EM ORLANDO: A TRANSEXUALIDADE SOB O OLHAR WOOLFIANO NA VERTENTE HISTÓRICA- CONTEMPORÂNEA

TIME, SPACE AND GENDER IN ORLANDO: TRANSSEXUALITY FROM A
WOLFIAN HISTORICAL-CONTEMPORARY PERSPECTIVE

TIEMPO, ESPACIO Y GÉNERO EN ORLANDO: LA TRANSEXUALIDAD DESDE
UNA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CONTEMPORÁNEA WOLFIANA

Claudio Noel de Toni Junior¹

DOI: 10.54899/dcs.v22i81.3058

Recibido: 2/7/2025 | Aceptado: 2/7/2025 | Publicación en línea: 16/7/2025.

RESUMO

O trabalho tem como escopo o entrelaçamento da obra “Orlando, A biografia” de Virginia Woolf divulgado pela primeira vez em 1928, que retrata um nobre que, ao ficar sete dias adormecido, acorda com o sexo feminino pela metamorfose da mudança de sexo de forma natural e indolor. Paul Preciado em 2023 por um documentário sobre a mesma obra, intitulado: “Orlando, minha biografia política” readapta-a para os novos movimentos sociais, incluindo pessoas trans de várias outras etnias e raças que não apenas o inglês. O impacto de ambas as obras é o norte para estudar o que a pesquisa na área da transexualidade que versa sobre: cirurgias, aceitação social e bem-estar, índices de homicídios ao se perceber que após 500 anos pouco se avançou em direitos para a população trans, dentre eles o principal, o direito à vida. O objetivo é realçar que no Brasil, há séculos, existem diversos Orlando(s) vivendo na ancestralidade da marginalidade, sem perspectivas otimistas, pelo que se vê no presente. A metodologia é referencial descritiva que aborda as obras literária-audiovisual de Woolf e Preciado com complementação de autores a espisteme trans. Além das duas obras literárias de fundamentação crítica, se alicerça com obras de pessoas trans, da luta pelo reconhecimento de direitos na justiça e em todos os espaços que a trans deve ocupar. O referencial teórico descreve as obras com interação não linear no tempo-espaço para realçar que desde a escrita de “Orlando” que remonta há séculos atrás, os direitos da população trans são negligenciados no direito de deixar viver.

Palavras-chave: Natureza dos Corpos. Transexualidade. Autodeterminação da Imagem Trans. Lutas e Resistências.

ABSTRACT

The work aims to intertwine Virginia Woolf's “Orlando: A Biography,” first published in 1928, which portrays a nobleman who, after sleeping for seven days, wakes up as a woman through a natural and painless sex change. Paul Preciado, in 2023, in a documentary about the same work, entitled “Orlando, My Political Biography,” adapts it to new social movements, including

¹ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Araraquara, São Paulo, Brasil. E-mail: juniortoni100@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5374-8475>

transgender people of various ethnicities and races other than English. The impact of both works is the guiding principle for studying research in the field of transsexuality, which deals with: surgeries, social acceptance and well-being, homicide rates, realizing that after 500 years little progress has been made in rights for the transgender population, among them the most important, the right to life. The objective is to highlight that in Brazil, for centuries, there have been several Orlando(s) living in the ancestry of marginality, without optimistic prospects, as can be seen in the present. The methodology is a descriptive reference that addresses the literary-audiovisual works of Woolf and Preciado, complemented by authors of the trans episteme. In addition to the two literary works of critical foundation, it is based on works by transgender people, the struggle for the recognition of rights in justice and in all spaces that transgender people should occupy. The theoretical framework describes the works with non-linear interaction in time-space to highlight that since the writing of “Orlando” centuries ago, the rights of the transgender population have been neglected in the right to live.

Keywords: Nature of Bodies. Transsexuality. Self-determination of the Trans Image. Struggles and Resistance.

RESUMEN

El trabajo tiene como objetivo entrelazar la obra «Orlando, una biografía» de Virginia Woolf, publicada por primera vez en 1928, que retrata a un noble que, tras permanecer siete días inconsciente, despierta con sexo femenino tras una metamorfosis de cambio de sexo de forma natural e indolora. Paul Preciado, en 2023, en un documental sobre la misma obra, titulado «Orlando, mi biografía política», la readapta a los nuevos movimientos sociales, incluyendo a personas trans de otras etnias y razas, además de la inglesa. El impacto de ambas obras es la guía para estudiar lo que la investigación en el área de la transexualidad trata: cirugías, aceptación social y bienestar, índices de homicidios al darse cuenta de que después de 500 años se ha avanzado poco en los derechos de la población trans, entre ellos el principal, el derecho a la vida. El objetivo es destacar que en Brasil, desde hace siglos, existen varios Orlando(s) que viven en la marginalidad ancestral, sin perspectivas optimistas, por lo que se ve en el presente. La metodología es descriptiva y aborda las obras literarias y audiovisuales de Woolf y Preciado, complementadas con autores de la episteme trans. Además de las dos obras literarias de fundamentación crítica, se basa en obras de personas trans, de la lucha

Palabras clave: Naturaleza de los Cuerpos. Transexualidad. Autodeterminación de la Imagen Trans. Luchas y Resistencias.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

Virginia Woolf é uma das autoras mais influentes do século XX, reconhecida por sua habilidade em capturar a complexidade da experiência humana. Nascida em 1882, em Londres, Woolf cresceu em um ambiente intelectual, filha de um crítico literário e de uma mãe que foi uma

das primeiras feministas. Essa formação não apenas moldou sua visão de mundo, mas também sua escrita, que desafiava normas sociais e questionava convenções de gênero. Sua obra mais célebre, "Orlando: A Biografia", publicada em 1928, é uma ousada exploração da identidade de gênero e da fluidez sexual, temas que ainda reverberam na sociedade contemporânea.

"Orlando" conta a história de um nobre que, após um longo sono de sete dias, acorda transformado em mulher, sem dor ou trauma. Essa metamorfose, apresentada de maneira natural e quase mágica, desafia as rígidas noções de masculinidade e feminilidade predominantes na época. Woolf (2021) utiliza essa narrativa para questionar as normas sociais e biológicas que definem o que significa ser homem ou mulher.

A obra reflete não apenas as experiências pessoais de Woolf, mas também se conecta com o contexto histórico e cultural da Inglaterra do início do século XX, um período marcado por mudanças sociais significativas, como o movimento sufragista e o crescente debate sobre sexualidade.

Através de Orlando, Woolf (2021) critica sutilmente a rigidez das identidades de gênero, propondo uma visão mais fluida e inclusiva. O personagem vive por mais de quatrocentos anos, atravessando diferentes épocas e contextos sociais, permitindo uma reflexão sobre como as percepções de gênero mudam ao longo do tempo. Essa abordagem inovadora não apenas desafia a linearidade da narrativa histórica, mas também sugere que a identidade é uma construção social em constante evolução. Assim, Woolf (2021) não apenas narra a história de Orlando, mas também nos convida a reconsiderar nossas próprias concepções de identidade e pertencimento.

Além de sua narrativa provocativa, "Orlando" é uma homenagem à amante de Woolf, Vita Sackville-West, cuja vida refletia as complexidades da identidade de gênero e da sexualidade. Woolf e Sackville-West compartilharam um amor intenso e muitas vezes clandestino, e a obra pode ser vista como uma forma de expressar sua admiração e amor por ela. Essa conexão pessoal confere uma profundidade adicional à obra, tornando-a não apenas uma biografia fictícia, mas também um manifesto sobre a liberdade de amar e ser quem se é.

Conforme Anastácio (2006), o impacto de "Orlando" na literatura e na cultura é inegável. Desde sua publicação, a obra tem sido objeto de análise e interpretação, influenciando escritores, artistas e ativistas que buscam entender e representar a diversidade das experiências humanas. Woolf, através de sua escrita, abriu portas para discussões sobre gênero e sexualidade que permanecem relevantes até hoje. Em um mundo onde as questões de identidade continuam a ser debatidas e desafiadas, a obra de Woolf se destaca como um farol de resistência e inspiração.

A inovação literária de Woolf não apenas antecipou debates contemporâneos sobre identidade de gênero, mas também ofereceu uma perspectiva única sobre a fluidez do gênero, que continua a influenciar gerações de escritores e pensadores. Através da análise de "Orlando", podemos compreender melhor como a literatura pode servir como um meio poderoso para questionar normas sociais e promover a aceitação da diversidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Transição de Gênero na Literatura

A história da humanidade é repleta de narrativas que desafiam normas sociais e biológicas, e as histórias de Orlando(s) na ancestralidade são um poderoso testemunho dessa luta. Desde tempos antigos, indivíduos que não se encaixam nos moldes tradicionais de gênero questionam as expectativas impostas pela sociedade.

Essas narrativas não somente revelam a diversidade da experiência humana, mas também servem como fonte de inspiração para a luta contemporânea por direitos e reconhecimento das pessoas trans.

Diversas culturas ao longo da história reconheceram e até celebraram a existência de pessoas que transcendem as categorias binárias de gênero. Entre os povos indígenas da América do Norte, por exemplo, figuras conhecidas como *Two-Spirit* desempenham papéis significativos em suas comunidades, incorporando aspectos de masculinidade e feminilidade. Essa diversidade de gênero desafia a ideia de que a identidade deve ser rigidamente definida. Estudos etnográficos, como os realizados por Lang (2016) em *Two Spirits: A Story of Life with the Navajo*, demonstram que essas identidades foram respeitadas e integradas nas tradições culturais muito antes de termos a linguagem moderna para descrevê-las.

A biografia de pessoas transexuais ou que não se adaptam a lógica binária e heterossexual foi descrita além de Woolf (2021), por Michel Foucault (1983) em que a jovem Alexina, se apaixona por outras mulheres na condição de professora entre o final dos séculos XIX e início do século XX, nos conventos e casas de famílias tradicionais, seguindo a moral cristã e não podendo ser quem gostava de ser, uma mulher. Descoberta, por ter traços visíveis dos dois sexos, foi tratada com todo o desprezo possível como se estivesse fora de seu corpo, com as atrocidades que lhe foram outorgadas pelas normas médicas e jurídicas; a mudança de nome para Abel e o trabalho

em uma linha de trem na cidade grande. Muda-se o desempenho do seu corpo, de suas vestimentas, agora Abel tem cabelos curtos, procura emprego que não condiz com sua experiência do sexo feminino.

A alma de Alexina não suporta o corpo e sem conseguir emprego, sendo apontada por todos na cidade em que sempre viveu como algo fora do normal e portanto “mal”, decide por fim em sua vida, sendo o sofrimento liberto. O que se encontrou em seu diário foi que Alexina (Herculine Barbin) nasceu com estruturas sexuais tanto masculinas e femininas e não pode escolher seu sexo, onde o poder médico que decidiu que Alexina deveria ser Abel e deveria esquecer seu passado, optou pela eternidade (Foucault, 1983).²

Inspirada na obra de Foucault, a história de Brigitte Lambert também organizada pela primeira vez no idioma francês, fez de Armand Dubarry um escritor pouco emblemático na mesma época entre os séculos XIX e XX, em que, também escreve diversos romances de pessoas vulneráveis na questão de sexo e gênero como “Os Invertidos”, tendo seu reconhecimento posterior as novas edições de livros e suas traduções para o mundo ocidental (Dubarry, 2022).

No primeiro romance Lambert (2022) que trabalhava na casa de patrões de alta estirpe da aristocracia francesa, viaja com seus patrões e se apaixona pela filha do chefe, moça de bons costumes, porém ao chegar à América do Sul, se perde e experimenta aventuras de tortura na natureza abaixo do Equador, sendo desprezada pelos malfeitores que queriam a usar, mas que devido a ver sua genitália, lhes era atribuída nomes como: “agouro”, “bruxa”, identificando-a como pessoa incomum naquela época, também optando pela morte, pois foi decidido no tribunal com o parecer médico-psiquiátrico de que deveria ser do sexo masculino. Para encurtar seu sofrimento, decide pela morte.

Courtine (2020, p.15) menciona que a irrupção do corpo contra a opressão ou o vitimismo são mutações decorrentes de movimentos sociais que surgem na Europa nos anos de 1960-70, em que menciona que: “Nosso corpo nos pertence”. Este corpo não esperou as revoluções que lhes protejam liberdade e igualdade, ele em movimentos sociais foi à tona em busca de se autoconhecer, de decifrar o corpo de si, de como ter uma vida consciente de que se vive em constante embates de preconceitos diários, mas que se nutre da força do conhecimento, do saber

² Hoje sabemos das distinções de corpos transexuais e de corpos hermafroditas e de intersexos, porém no final do século XIX pouco se conhecia sobre os temas, fato que em termos de negação dos sujeitos se compara a dor imposta pela sociedade contra pessoas como Herculine e Brigitte a dor das pessoas transexuais da atualidade. As nomenclaturas foram surgindo no transcorrer dos tempos pelo advento da psiquiatria e das ciências que abordam a transexualidade e cada dia que passa há cada vez mais atos de nomear o sujeito por siglas e nomes do gênero atribuído.

para que se use contra o vitimismo da opressão, em busca do dizer, basta!.

O corpo que se torna objeto da Ciência a partir do século XVIII, mas que, se assenta em classificações médicas a partir do século XIX, é um corpo que passa a ser oprimido, porém, permite a resistência pela conquista de saberes em dar ao opressor a resposta certa, de que o corpo é uma construção de sons, imagens, discursos que buscam a reivindicação pelo ato de fala, onde a mídia e os tratados de direitos são fundamentais pela resistência dos que lutam por dias melhores e que não se deve esperar em um objeto estático, ou seja, esperar que a lei possa resolver os problemas, pois ela nem sempre é perfeita, ela comete erros, ela julga errado, ela demora para quem espera uma resposta (Courtine, 2020).

São as táticas de força, de verdade, de como se portar diante das coisas que faz com que o sujeito possa ter uma vida equilibrada, sem enganos, com sua criticidade no fato de que, as pessoas vulneráveis dentro de si, em comunidade criam suas próprias táticas discursivas de luta contra quem os ataca, independente do objeto que os agride, sempre há formas de construir barreiras contra a violência em poder manter e assentar sua vida na existência da ética e da moral, iniciando pelo saber (Foucault, 2010).

De acordo com Garcia (2012), Woolf utiliza a metamorfose de Orlando como uma metáfora para explorar a complexidade da identidade. Ao longo da narrativa, Orlando experimenta diferentes papéis de gênero, refletindo sobre a sexualidade e o amor em suas diversas formas. Essa abordagem não é apenas uma ruptura de paradigmas, mas também uma antecipação das discussões atuais sobre não-binariedade e diversidade de identidades de gênero. O trabalho de Woolf, portanto, se torna um precursor das conversas que hoje permeiam a literatura e a sociedade.

Para Cipriani (2020), Woolf, ao criar um protagonista que vive por séculos e experimenta a vida sob diferentes identidades, questionou a rigidez das categorias de gênero. Além disso, a obra de Woolf reflete as mudanças sociais que estavam ocorrendo na Inglaterra durante a década de 1920. O pós-Primeira Guerra Mundial trouxe novas ideias sobre liberdade individual e expressão pessoal.

Os estudos de Van Haelter, Dhaenens e Van Bauwel (2022) publicado no *Journal of Diversity and Gender Studies (DIGeST)* destacam que a representação de personagens transgêneras e não-binários na literatura contemporânea tem aumentado significativamente, refletindo uma mudança nas percepções sociais. A pesquisa revela que os novos romances publicados apresentaram personagens que desafiam as normas tradicionais de gênero, uma

evolução que pode ser rastreada em obras como "Orlando". Isso demonstra como a literatura pode ser um espaço de resistência e transformação, onde vozes marginalizadas encontram eco.

A obra de Woolf (2021) serve como um ponto de partida para discutir a aceitação social e os desafios enfrentados por pessoas trans. Embora "Orlando" tenha sido publicado em 1928, a luta por reconhecimento e direitos continua a ser relevante. Dados da *Transgender Europe* indicam que, globalmente, a população trans ainda enfrenta altos índices de violência e discriminação. Em 2022, foram registrados mais de 350 homicídios de pessoas trans em todo o mundo, evidenciando a urgência de uma discussão mais ampla sobre direitos humanos e proteção legal, conforme estudos de Canal (2022).

O impacto de "Orlando" se estende além de sua narrativa, influenciando gerações de escritores e pensadores. Autores contemporâneos, como Paul Preciado, reinterpreta a obra de Woolf para incluir uma diversidade de experiências transexuais, ampliando o escopo da discussão sobre identidade de gênero. No documentário "Orlando, minha biografia política", Preciado (2023) apresenta histórias de vinte e cinco pessoas trans de diferentes etnias e raças, ressaltando a importância de uma representação inclusiva que aborde as intersecções entre raça, classe e gênero.

A primeira versão escrita de "Orlando" de Virginia Woolf publicada pela primeira vez em 1928, é contemporânea nos estudos do médico alemão Magnus Hirschfeld em que ouvia pessoas que se sentiam no corpo errado. Foi o caso da "Garota Dinamarquesa", casada com Gerda, Lili Elbe fez a primeira cirurgia de redesignação sexual catalogada pela Ciência sem saber quais foram os reais métodos usados na incisão. Nascida em Copenhague porém, em virtude de sua vontade de melhores opções que buscava, se desloca para Dresden na Alemanha, onde realiza várias cirurgias de redesignação sexual na clínica *Kurt Warnekrös*. Eventuais registros sobre sua cirurgia que poderiam estar documentados no *Institut für Sexualwissenschaft* de Berlin foram destruídos a pedido de Hitler quando este se torna chanceler na Alemanha em 1933.

Teve apoio de sua esposa Gerda, porém se separa e se casa com o francês Claude Lejeune onde um dos seus desejos era ter filhos. Em 1931, em decorrência de complicações após a realização de um transplante de útero, que até hoje não se têm notícias de sua eficácia em mulheres trans, morre Lili Elbe.

Por semelhança, temos o caso de um soldado americano que após servir o exército, de descendência dinamarquesa se desloca ao país para realizar o procedimento de redesignação corporal e de sexo, um tímido soldado de nome George Jorgensen em que é acolhido pelo médico

Hamburger, também alemão a qual, antes da cirurgia passa a se vestir e viver como mulher, com uso de hormonioterapia para que após observações quanto a sua personalidade teria a possibilidade ou não de realizar a cirurgia.

É realizada em Christine, nome atribuído por si mesma, a primeira cirurgia documentada oficialmente pela Medicina, diferente de Lili Elbe, Jorgensen gostava da fama, fato que a levou nos anos de 1950 e 1960 a se tornar uma estrela de *Hollywood* ao conceder diversas entrevistas pela curiosidade das pessoas no assunto de sua transição.

Na volta para os Estados Unidos, encontra a clínica Harry Benjamin, que passa a se tornar o maior centro do mundo em cirurgias de redesignação sexual, embora pouco se conhecia as técnicas usadas pelo Dr. Harry Benjamin, bem como na hormonioterapia que eram utilizados nos(as) pacientes que se deslocavam para o “sonho americano”, a possibilidade de mudar de sexo pela sua própria convicção e desejo. Christine morre aos 61 anos no ano de 1989 de câncer, da mesma forma que a clínica Harry Benjamin vai aos poucos deixando de ser o maior centro de excelência de cirurgias de redesignação sexual (Toni Junior, 2024).

A Adaptação de Orlando no Cinema

Essa obra, que entrelaça ficção e biografia, continua a reverberar no século XXI, especialmente com a adaptação cinematográfica de Paul B. Preciado, lançada em 2023, intitulada “Orlando, Minha Biografia Política”. Este documentário não só reinterpreta a história de Woolf, mas também dá voz a vinte e cinco pessoas trans de diversas etnias e raças, enriquecendo o diálogo sobre identidade e inclusão.

Preciado (2023), reconhecido por seu trabalho crítico e engajado nas questões de gênero e sexualidade, utiliza a estrutura narrativa de Woolf para explorar a complexidade da experiência trans contemporânea. Ao integrar histórias de indivíduos de diferentes contextos culturais e sociais, o documentário não apenas reflete sobre a condição trans, mas também desafia as representações tradicionais de gênero na cultura atual. Essa abordagem é especialmente relevante em um momento em que as discussões sobre identidade de gênero estão mais em evidência do que nunca, exigindo uma reavaliação das narrativas que moldam nossa compreensão do que significa ser transexuais.

O impacto da adaptação de Preciado (2023) vai além da simples reinterpretação de uma obra clássica; ele provoca uma reflexão crítica sobre como as histórias de pessoas trans são

contadas e quem tem a autoridade para contá-las.

Em um mundo onde a diversidade é frequentemente ignorada ou mal representada, a inclusão de narrativas transgêneras de diferentes origens é essencial para promover uma compreensão mais rica e nuançada da identidade de gênero. O documentário não apenas destaca as lutas enfrentadas por essas pessoas, mas também celebra suas conquistas e resiliência, oferecendo uma visão esperançosa e inspiradora.

Figura 1: A Metamorfose da natureza que faz Orlando mudar de sexo ao dormir.³



Fonte: Filme. “Orlando, minha biografia política”. Direção: Paul B. Preciado (2023)

As histórias destas(es) diversos(as) Orlando(s), cada qual com sua etnia, raça, costumes, sexo, gênero, condição social e de classe lutam pelo reconhecimento de seus direitos, de poder sair às ruas sem medo de voltar, de poder acordar por uma nova heterotopia, de que a justiça social prevaleça contra o preconceito velado, conforme figura 1.

A simbologia orlandesca, retrata em Preciado (2023), pessoas que, quando eram crianças foram diagnosticadas com disforia ou incongruência de gênero, termos psiquiátricos atuais do Manual Estatístico de Doenças Mentais (DSM-V) e da Associação Americana de Psiquiatria (APA) como patológicos que necessitam de tratamento.

Relata estórias de crianças de 7 anos até pessoas de idade adulta que são direcionadas a ambulatórios ou clínicas para poderem conseguir um resultado positivo para que se faça as cirurgias de redesignação sexual e mostra Preciado (2023), que muitas vezes, o psiquiatra cobra uma taxa adicional, pois se trata de uma pessoa incomum (o trans) e na sala de espera, várias

³ Todas as Imagens foram extraídas do site <https://www.adorocinema.com/filmes/filme-312600/fotos/> e do domínio público: Google imagens: <https://select.art.br/inviavel-sonhar-desperto/> Acesso: 15. jan. 2025.

peessoas trans, dialogam o que devem falar e o que deve ser evitado para atingir os objetivos de receber o apto, de ter um atestado que infere que a pessoa é transexual, além de conseguir tratamento a outras especialidades como a hormonoterapia, tudo deve ser dito conforme as normas protocolares, representado pela figura 2.

Figura 2: Pessoas trans “combinando” o que se deve falar ao psiquiatra.



Fonte: Filme. “Orlando, minha biografia política”. Direção: Paul B. Preciado (2023)

A paisagem da História, no documentário, trata de um sincretismo que vai desde o final do século XVI até o século XX, com um paralelismo de cores, de sinestesias que percorrem o corpo dos personagens que transpassam os mesmos nos séculos. Quando se vê a lápide de morte de cada um, mostra uma média de vida de 70 anos, mas que na ficção estão presentes nos séculos adiante e voltam para mostrar que pouco ou nada mudou com as pessoas que querem ser quem são, pela não intervenção médica, que solicitam mais direitos e liberdade, estes quatrocentos anos se passaram quase que inerte a alguma mudança de reconhecimento de direitos as pessoas transgêneras.

Teixeira (2013) aborda as consequências do acompanhamento multidisciplinar da transexualidade no Sistema Único de Saúde (SUS), dentre elas protocolos, resoluções e regimentos do Conselho Federal de Medicina (CFM) e do Ministério da Saúde (MS) na questão da patologia do trans que persiste atualmente e menciona que, embora o termo disforia de gênero passou a constar em outro capítulo que não o das doenças mentais, ele permanece no DSM-V-R no capítulo relacionado aos cuidados com a saúde, ou seja, embora há evolução, ainda é um transtorno.

Aborda as questões das Resoluções desde seu início em 1997, em especial a Resolução 1.955 de agosto de 2020 que menciona as normas de como devem ser as equipes de acolhimento destas pessoas, além da possibilidade de início do procedimento em ambulatórios descentralizados, o que foi positivo para as pessoas trans que residem em local diverso das grandes metrópoles, nas cidades interioranas, como na região Norte do país, por exemplo. Mesmo que não contemple todos os serviços que um hospital universitário oferece, a descentralização dos procedimentos auxilia em realizar hormonoterapia e acompanhamento psiquiátrico e psicológico e podendo assegurar uma vaga no local onde o ambulatório possui convênio com o HC da localidade do interessado(a), comprovando que faz acompanhamento hormonal e psicológico nestes espaços para depois ser transferido (o) ao um Hospital das Clínicas (HC) de centro universitário (Kock, 2022).

Em 2008, pela Portaria de n.º 457 de 19 de agosto, o SUS passa então a custear as cirurgias com exigências a serem estabelecidas. As mudanças ocorrem para atender a demanda da população que depende do SUS devido ao custo dos procedimentos, com exigências de: tratamento de dois anos com equipe multidisciplinar incluindo médico psiquiatra, psicóloga, assistente social e clínico geral, sendo importante que tenha ginecologista e endocrinologista, a pessoa deve viver com roupas ao perfil de gênero e se portar como mulher por pelo menos 1 ano na sociedade, não ter problemas mentais graves, ter mais de 21 anos e um resultado de apto pela equipe, que ao final é realizada pelo psiquiatra.

Bento (2021) menciona que, ao receber o diagnóstico de apto, está em uma fórmula pronta e acabada do “transexual verdadeiro stolleriano” onde as pessoas trans tanto no Brasil como na Espanha, onde realizou pesquisa com pessoas trans naquele país, sabe o que devem falar e evitar discursos e expressões ao médico ou a qualquer membro da equipe multidisciplinar, sendo um jogo de forças de poder e verdade, de uma invenção da modernidade para cumprimento de normas institucionais e que não é desta forma que se percebe se a pessoa é ou não transexual.

Salienta que ao entrar no hospital, a pessoa investe em uma personalidade fictícia para poder realizar seu sonho, que as pessoas que estão na mesma situação combinam como se portar, como devem proceder, as roupas a usar no dia de consultas, tudo milimetricamente combinado.

O princípio de respeito a autonomia, conforme Ventura (2010) considera por uma abordagem kantiana, ser autônomo é ter o governo de ser e estar livre sem interferências de controles como as limitações ou barreiras que possam interromper uma pessoa de se expressar e de efetuar escolhas em razão do seu gênero e realça uma série de julgados de tribunais brasileiros

que adotavam práticas de não aceitação da mudança de corpos no Brasil além da negação da mudança de gênero.

Caso emblemático ocorreu com o médico Roberto Farina, que foi condenado à prisão por realizar a cirurgia em Valdirene, sendo considerado como “eunuco” e “aberração da natureza” pelo Ministério Público de São Paulo em plena ditadura militar. Somente após táticas da defesa de Farina é que o mesmo foi absolvido visto que a própria paciente constatou que sua vida melhorou, além de haver pressão internacional de outros médicos da área como John Money que mencionou nunca ter visto um país do Ocidente tratar médicos e pessoas transexuais desta forma. Com isso, outros médicos que tinham a pretensão de se dedicar a esta área de estudo se sentem coagidos pela justiça, pelo medo de serem presos.

O Brasil, conforme Ventura (2010) passa a ter um judiciário solícito as pessoas trans com as recomendações de cortes internacionais como o Pacto de San Jose da Costa Rica e da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que toda forma de preconceito no judiciário deve ser abolida e que as pessoas trans devem ter seus direitos a vida, ao matrimônio, a liberdade pessoal e sexual atendidas pela justiça, sendo um direito básico que há muito tempo estava sendo banido do ordenamento jurídico nacional, onde apenas nos anos 2000, em contrapartida, as pífias decisões favoráveis em anos anteriores é que os direitos transexuais passam a ser reconhecidos com relevância, e que, ainda não está no seu ideal.

Atualmente, a partir de 2020, pela Resolução 2.265/2019, reduz para 18 anos a possibilidade de realizar a cirurgia de transgenitalização e outras e para 16 anos os procedimentos de hormonização com anuência dos pais ou responsáveis. No caso dos homens trans, o procedimento não mais exige que seja feito em hospitais públicos, podendo ser realizado em estabelecimento privado ou custeado por plano de saúde que siga os critérios do CFM.

Preciado (2022a), menciona em um Congresso de psicanalistas sua crítica ao trabalho de profissionais que pouco auxiliaram na transição da abolição de todas as formas de preconceito, na condição de homens trans que foi patologizado pela psicologia arcaica e misógina, mas nem todos os profissionais adotam as práticas antigas da psicologia. Destacam-se muitos que estudam e procuram compreender a vida das pessoas transgêneras que podem ajudar a depender da posição do profissional, das suas ideologias, crenças e valores que subjetivamente invadem sua linguagem no ato de propor uma simbiose de possibilidades.

Alguns prejudicam a vida das pessoas, conforme Preciado (2022a), outros auxiliam, na ajuda as pessoas que buscam estes serviços, além do conhecimento do assunto, da vontade de

buscar e aprender com o paciente ou de dizer conforme sua convicção com embasamento das novas formas epistemológicas da transexualidade onde em muitos casos é melhor se abster de consultas, pois não trará nada de positivo a pessoa, rompendo com suas expectativas, de um país como o Brasil em que nos cursos de Psicologia, Psiquiatria, Medicina, não há grade curricular adequada que trata pejorativamente o trans, adotando o CID 64.0, e os vários termos pejorativos de transtornos que a comunidade exige que sem excluídas do próximo DSM-6.

METODOLOGIA

A metodologia do trabalho é referencial-descritivo, com abordagem histórica e contemporânea, apresenta um aspecto notável da adaptação de Preciado (2023), a sua habilidade de conectar o passado ao presente. Enquanto Woolf (2021) explorava questões de gênero em um contexto histórico específico, Preciado traz essas discussões para o século XXI, onde novas vozes e experiências estão emergindo. Essa continuidade entre as duas obras ressalta a relevância atemporal de “Orlando”, mostrando que, apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito em termos de aceitação e direitos para a população trans.

A obra de Woolf e a adaptação de Preciado juntas formam um diálogo intergeracional que ilumina tanto os desafios persistentes quanto as possibilidades de transformação social e que no trabalho se apresenta com representações de autores que abordam em contextos múltiplos o tema da representatividade transgênera no Brasil, especialmente.

A metodologia, além das duas obras literárias de fundamentação crítica, se alicerça com obras de pessoas trans, da luta pelo reconhecimento de direitos na justiça e nas esferas administrativas da medicina e em todos os espaços que o trans deve ocupar. Aborda referencialmente descritiva autores que contribuíram para o estudo da transexualidade e da sexualidade em si no Brasil e no mundo por meio de diversas áreas do conhecimento, muito delas que se inter-relacionam, O objetivo principal é que no Brasil há séculos, existem diversos tipos de Orlando(s) vivendo na ancestralidade da marginalidade sem perspectivas otimistas pelo que se vê no presente.

É importante reconhecer que a luta pela aceitação social das pessoas trans não se resume a uma questão de direitos individuais, mas é uma questão de justiça social. A interseccionalidade deve ser considerada, pois as experiências de pessoas trans são moldadas por fatores como raça, classe e orientação sexual. A luta por direitos deve.

ser inclusiva, abordando as necessidades específicas de diferentes grupos na comunidade trans (Cho e McCall, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Reflexões sobre Movimentos Sociais Contemporâneos

Para Resende (2019), a obra de Woolf (2021), ao apresentar um personagem que transcende as barreiras de gênero, funciona como um espelho para as lutas atuais enfrentadas pela população transgênera. O documentário de Preciado (2023) evidencia que, apesar dos avanços nas discussões sobre gênero e identidade, muitos obstáculos ainda persistem. A urgência por inclusão e reconhecimento dos direitos trans é mais evidente do que nunca, especialmente em um contexto onde a violência e a discriminação permanecem uma realidade para muitas pessoas trans.

Costa *et al.* (2023) realça que, os movimentos sociais contemporâneos devem ser vistos como um campo dinâmico e em constante evolução. A inclusão de novas vozes e experiências é essencial para garantir que as lutas por direitos sejam verdadeiramente representativas. Uma pesquisa realizada pela *Human Rights Campaign* em 2023 revelou que 70% das pessoas trans relataram discriminação em ambientes de trabalho, ressaltando a necessidade de políticas públicas que promovam equidade e proteção no local de trabalho. Esses dados não são meros números; representam vidas que exigem atenção e ação.

A construção da identidade de gênero é um tema fundamental nas discussões atuais sobre diversidade e inclusão. Este processo complexo envolve autoconhecimento, autoaceitação e reconhecimento social. Para muitos, essa jornada é repleta de desafios, especialmente para pessoas transexuais, que frequentemente enfrentam barreiras sociais e culturais que dificultam sua plena expressão e aceitação.

Para Butler (2020), historicamente, a compreensão de gênero tem sido restrita a uma dicotomia rígida entre masculino e feminino, ignorando a rica diversidade de identidades que existem além dessas categorias. Uma das teóricas mais influentes nos estudos de gênero argumenta que o gênero não é algo que se possui, mas algo que se faz, enfatizando a performatividade do gênero como uma construção social. Essa visão permite que indivíduos explorem suas identidades de maneiras que desafiam normas tradicionais, proporcionando maior

liberdade na expressão de quem realmente são.

O autoconhecimento é o primeiro passo na construção da identidade de gênero. Para muitas pessoas trans, isso pode significar um longo processo de reflexão e descoberta, no qual confrontam suas experiências e sentimentos.

Embora esse processo possa ser repleto de incertezas e medos, também representa uma oportunidade significativa para o crescimento pessoal. A autoaceitação é outro componente essencial. Aceitar a própria identidade de gênero em um ambiente que frequentemente marginaliza e discrimina pode ser uma tarefa monumental.

O reconhecimento social é um pilar na construção da identidade de gênero. Esse aspecto envolve a validação das identidades pela sociedade, incluindo amigos, familiares e instituições. A falta de reconhecimento pode resultar em sentimentos de invisibilidade e deslegitimação, exacerbando os desafios já enfrentados. Chinazzo (2021) apontou que a aceitação social está diretamente relacionada à saúde mental das pessoas transgêneras, com aquelas que se sentem apoiadas apresentando taxas significativamente menores de depressão e ansiedade.

Além disso, o contexto cultural e social desempenha um papel importante na forma como as identidades de gênero são percebidas e aceitas. Em muitos países, normas culturais ainda perpetuam estigmas e preconceitos que dificultam a aceitação das identidades trans.

Para Reisner (2016), outro desafio crucial é o acesso a serviços de saúde adequados à trans. Em países em desenvolvimento, não têm acesso a cuidados de saúde que respeitem suas identidades de gênero. Isso inclui não somente a falta de serviços de transição, como hormonioterapia e cirurgias de redesignação sexual, mas também a escassez de profissionais de saúde capacitados para atender às necessidades específicas dessa população. Essa lacuna no atendimento médico contribui para altos índices de problemas de saúde mental entre pessoas trans, que frequentemente enfrentam ansiedade, depressão e outras condições devido à discriminação e ao estigma social.

A implementação de políticas públicas que promovam a educação sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas é um passo fundamental para desconstruir preconceitos e fomentar a aceitação social.

À medida que avançamos, é vital continuar pressionando por mudanças significativas nas políticas e práticas que afetam a vida das pessoas trans. O reconhecimento dos direitos humanos deve ser encarado como um compromisso coletivo, envolvendo não somente legisladores, mas também a sociedade civil, organizações não governamentais e indivíduos.

Nos últimos anos, os avanços nas cirurgias de redesignação sexual têm se revelado essenciais para a saúde e o bem-estar das pessoas transgêneras. Esses procedimentos médicos não somente permitem que indivíduos alinhem seus corpos com suas identidades de gênero, mas também promovem uma melhoria significativa na qualidade de vida.

Destaca Shoureshi (2019) a relevância desses avanços transcende o aspecto físico; trata-se de dignidade e reconhecimento da identidade pessoal. Assim como Virginia Woolf (2021) desafiou as normas de gênero em sua obra “Orlando”, publicada em 1928, as cirurgias de redesignação hoje representam um passo crucial na luta por direitos e aceitação social.

A evolução das técnicas cirúrgicas, como a vaginoplastia e a faloplastia, tem proporcionado resultados estéticos e funcionais que atendem às expectativas dos pacientes. Por exemplo, a vaginoplastia, que consiste na criação de uma vagina a partir de tecidos do corpo do paciente, agora utiliza métodos minimamente invasivos, reduzindo o tempo de recuperação e as complicações pós-operatórias. Essas inovações não apenas melhoram a experiência do paciente, mas também auxiliam a estigmatizar o processo de transição, promovendo uma maior aceitação social.

Os avanços tecnológicos desempenham um papel vital na democratização do acesso a essas cirurgias. Com o crescimento da telemedicina e das consultas *online*, pessoas trans em regiões remotas ou com acesso limitado a serviços de saúde podem agora obter informações e suporte sobre procedimentos de redesignação sexual em países desenvolvidos de fato (Schardein; Zhao e Nikolavsky, 2019).

Para Devun e Tortorici (2018), a aceitação social das pessoas transexuais é um tema que se conecta de maneira profunda com as questões exploradas nas obras de Virginia Woolf e Paul Preciado. Woolf (2021), em “Orlando”, apresenta uma narrativa que desafia as normas de gênero de sua época, enquanto Preciado traz essa discussão para o contexto atual, ressaltando a importância da inclusão e do respeito. Apesar dos avanços na representação e visibilidade, as barreiras à aceitação social ainda são significativas e complexas.

Para Machado (2016), um dos principais obstáculos à aceitação social das pessoas transgêneras é o preconceito, que se alimenta de estereótipos e desinformação. Estudos evidenciam que a falta de compreensão sobre identidade de gênero perpetua mitos prejudiciais.

Essa desinformação é frequentemente reforçada por narrativas midiáticas que retratam a diversidade de gênero de forma negativa ou simplista. A discriminação institucional também desempenha um papel crucial na marginalização das pessoas trans. Em muitos países, a legislação

ainda não oferece proteção adequada contra a discriminação em áreas como emprego, saúde e educação.

Para De Toni Junior (2022), a visibilidade de pessoas trans em espaços públicos e na mídia é crucial para a mudança de percepções. Quando as narrativas de pessoas trans são contadas por elas mesmas, a sociedade tem a oportunidade de ouvir experiências autênticas que desafiam estereótipos. O documentário de Paul Preciado (2023), exemplifica essa abordagem ao apresentar histórias de vida de pessoas transgêneras de diversas etnias e origens, ampliando o diálogo sobre direitos humanos e igualdade.

O Papel da Educação na Inclusão

Conforme De Mello Neto e Agnoletti (2014), a educação é fundamental para promover a inclusão e a aceitação das pessoas trans. O processo educativo deve ir além da mera transmissão de informações sobre gênero e identidade. É crucial fomentar um entendimento profundo que desafie preconceitos e estereótipos arraigados. Indica que os dados da UNESCO inferem que a inclusão de temas de diversidade de gênero nos currículos escolares pode reduzir significativamente a discriminação e o *bullying*, criando ambientes mais seguros para todos os estudantes. Isso evidencia que a educação não se limita ao aprendizado acadêmico, mas também à formação de cidadãos conscientes e respeitosos.

As implicações da educação inclusiva vão além do ambiente escolar. Ao educar a sociedade sobre questões de gênero e identidade, podemos cultivar uma cultura de respeito e aceitação que permeia todos os aspectos da vida social. A educação é um pilar fundamental para a construção de políticas públicas que garantam os direitos das pessoas trans. Quando a sociedade está informada e consciente, torna-se mais difícil perpetuar a discriminação e a violência.

O papel da educação na inclusão das pessoas trans é multifacetado e essencial. Ao promover uma compreensão mais profunda das questões de gênero e identidade, a educação pode ser um agente de mudança social. No entanto, isso requer um compromisso coletivo de todos os setores da sociedade, incluindo governos, instituições educacionais e a comunidade em geral. A luta por uma educação inclusiva é, portanto, uma extensão da luta pelos direitos humanos, refletindo a necessidade de um mundo onde todas as identidades sejam valorizadas e respeitadas.

Um exemplo de política eficaz pode ser observado em países como a Argentina, que, em 2012, implementou a Lei de Identidade de Gênero, permitindo que indivíduos alterem seu nome

e gênero em documentos oficiais sem a necessidade de cirurgia. Essa legislação não somente reconhece a identidade de gênero das pessoas transexuais, mas também promove um ambiente mais seguro e acolhedor, enquanto no Brasil neste período as pessoas enfrentavam negativas na justiça.

O sucesso dessa lei demonstra que mudanças legislativas podem ter um impacto positivo significativo na vida das pessoas trans. O contexto brasileiro, no entanto, ainda carece de uma abordagem semelhante. A luta pelos direitos humanos das pessoas trans deve ser uma prioridade, não apenas para reduzir os índices de homicídios, mas também para promover uma sociedade mais justa e igualitária. A educação é uma ferramenta poderosa nesse processo. Ao educar a população sobre questões de gênero e identidade, podemos começar a dismantelar preconceitos e construir uma cultura de respeito e aceitação (Litardo, 2013).

A sociedade civil, composta por organizações não governamentais, ativistas e cidadãos engajados, tem se mostrado uma força vital na luta pelos direitos transexuais. Essas entidades frequentemente atuam como intermediárias entre a população trans e o Estado, pressionando por políticas públicas que garantam segurança e dignidade.

Iniciativas locais também têm surgido em várias partes do mundo, promovendo inclusão e aceitação social (De Lucena e Campos, 2019).

Por outro lado, o Estado possui uma responsabilidade na proteção dos direitos trans. A implementação de políticas públicas que reconheçam e garantam esses direitos é um passo fundamental para construir uma sociedade mais justa. Em muitos países, a ausência de legislação específica para a proteção da população trans resulta em um vácuo legal que perpetua a violência e a discriminação.

No entanto, a efetividade dessas políticas depende não apenas de sua criação, mas também de sua implementação. Muitas vezes, as leis existentes não são aplicadas adequadamente, seja pela falta de treinamento das forças de segurança, seja por preconceitos arraigados na sociedade.

Um exemplo disso é observado no Brasil, onde, apesar da existência de normas e recomendações equiparadas à lei pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que garantem direitos a pessoas trans, a aplicação prática dessas normas ainda é insuficiente.

Nos estudos de Vho e Mccall, (2013), a luta pelos direitos trans não deve ser vista como uma questão isolada, mas como parte de um movimento mais amplo por justiça social. A interseccionalidade das lutas é fundamental para entender como diferentes formas de opressão se entrelaçam e afetam a vida das pessoas. Assim, a colaboração entre movimentos sociais,

incluindo feministas, antirracistas e LGBTQIA+, é essencial para construir uma frente unida que possa pressionar por mudanças significativas.

Em Preciado (2023), os vários Orlando(s) são mostrados sempre com uma gola de seda no pescoço e sempre em um trono onde são carregados pelos trabalhadores da corte imperial, mas em Preciado (2023) não somente se vê pessoas brancas, caucasianas, com bochechas grandes e avermelhadas e sem nenhum fio de pelo no rosto, mas também pessoas negras, vermelhas, mais adultas, pessoas trans com barba e bigode e jovens que travam uma batalha pelo acolhimento transgêneras em tenra idade e deve ter o apoio dos pais e da sociedade, simbolizado na figura 3.

Figura 3: A gola de vários Orlando(s) e suas histórias singulares na adolescência.



Fonte: Filme. “Orlando, minha biografia política”. Direção: Paul B. Preciado (2023)

Preciado (2023), se autodefine no documentário em conjunto com outras pessoas transgêneras e não binárias de que a indústria da farmacologia ganhou e vem ganhando espaço na venda de hormônios para pessoas trans e que a discriminação não compreendida por muitos, onde se pode destacar países de forte tendência de extrema-direita, pouco reconhecesse e impõe que a sociedade se liberte destas pessoas, um sonho que é real ao agressor em seu ato de fala e nas suas consequências.

Nem melhoria com a saúde, com a educação, com saneamento básico ou com as mudanças climáticas, a ideologia de gênero, termo cunhado por países que possuem força na adesão de discursos de ódio contra as minorias, tem na sexualidade do outro seu *time* de perseguição. Afinal, o que as pessoas trans, não binárias, fazem de tanto mal aos políticos de extrema-direita e seus apoiadores ideólogos? Seria uma forma de escape para não propor nada de produtivo para a sociedade, para seu bem-estar e perseguir as pessoas trans somente por existirem com discurso de ódio, da mesma forma que encontramos estes discursos em igrejas e por pessoas da sociedade

civil e pelo Estado? Qual o problema de se identificar uma pessoa transexuais, acolhê-la e que as mesmas possam ter sua vida em liberdade conforme suas próprias vontades e convicções? (Toni Junior, 2024).

Uma das respostas é de que, ao fazer isso, estão em comunhão com o pensamento de quem os apoia, visto que a classe dominante brasileira é transfóbica e possui na igreja e na representação política social seu “alter-ego”.

Chama a atenção do ouvinte que há em “Orlando, minha biografia política” (2023) diferentemente do livro de Woolf “Orlando, a biografia” (2021) crianças trans, onde o papel é mostrar à sociedade que a identidade e a expressão de gênero podem ocorrer antes da maioridade. Tema este que Saadeh *et al.* (2019) ao perceber que havia uma demanda crescente de adolescentes em busca de acolhimento hormonal e da intitulada disforia de gênero, cria um ambulatório denominado AMTIGOS, junto ao HC-SP, para cuidar somente de faixa etária antes de complementar a maioridade.

Os pais das crianças vinham ao local e se sentiam desorientados no que fazer para melhorar a qualidade de vida psíquica de seus filhos quando percebem que não se identificam com o gênero de nascimento, afirma Saadeh *et al.* (2019).

Neste caso, os pais são orientados também por uma equipe especializada no cuidado aos adolescentes trans e com a concordância destes ou de responsáveis pelo menor, a adoção do início da ingestão ou no bloqueio de hormônios para definir os caracteres secundários do adolescente trans, sendo ainda vedado a transição de gênero para menores de 18 anos no Brasil.

No espaço do AMTIGOS, há também trocas de experiências de pais dos transexuais e cada pessoa pode contar e ouvir a história do outro e perguntar sobre uma questão resolvida por um pai, e é a busca do outro, há uma dialogia sobre o tema e as dúvidas que aparecem, além de terapias com os especialistas em grupo, alicerçando a comunidade social que vem buscar um serviço de gênero e suas nuances (Saadeh *et al.*, 2019).

Fato notório é que por ser o primeiro centro multidisciplinar a recepcionar jovens trans no Brasil, onde o atendimento a nível hospitalar, a realização de todos os procedimentos que envolvem a redesignação sexual no Brasil, concentrados na região sul e sudeste, houve solicitado de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra o instituto, que dizia estar incentivando as crianças a mudar de sexo, pela “ideologia de gênero” que teria sido supostamente criado pelo “comunismo” para devastar a inteligibilidade das pequenas crianças.

Conforme Popadiuk e Oliveira (2017), o Brasil implementou a Política Nacional de Saúde

Integral de Pessoas Trans, que visa garantir o acesso, mas sua efetividade depende de monitoramento contínuo e financiamento adequado.

A promoção de políticas de emprego inclusivas é igualmente importante. A discriminação no local de trabalho é uma realidade para muitas pessoas trans, com estudos indicando que pessoas trans enfrentam demissões ou não são contratadas devido à sua identidade de gênero.

Para combater essa situação, as empresas devem adotar práticas de contratação inclusiva e criar ambientes de trabalho seguros. A implementação de treinamentos sobre diversidade e inclusão pode sensibilizar os colaboradores e promover uma cultura organizacional mais respeitosa.

Campanhas de sensibilização e políticas públicas podem mobilizar a opinião pública e pressionar os governos a adotarem políticas mais inclusivas.

Um exemplo inspirador é a campanha *Trans Rights are Human Rights*, que, em 2023, conseguiu reunir mais de 100 mil assinaturas em apoio a uma nova legislação que protege os direitos das pessoas transgêneras em vários países (Scott, 2022).

A nomenclatura ideologia de gênero é uma forma pejorativa da extrema-direita brasileira e países latinos e de passado fascista-nazista como a Itália, Alemanha e do atual governo Trump, de entender que as crianças e adolescentes não devem saber o significado de seus órgãos, em especial em ambientes externos como em espaços públicos, dentre eles a escola. Tudo que versa sobre a sexualidade e seu estudo é entendido pelo ostracismo vigente do mal, onde não se pode saber e conhecer sobre a sexualidade das crianças, devendo aprender sob a égide cristã ou dos pais.

Porém, o que se tem observado é que pouco se fala sobre sexualidade nas famílias, e muitos jovens de 16 anos ou mais não sabem como se faz para engravidar, não sabe nada sobre doenças sobre o sexo contaminadas diariamente com doenças como a sífilis, a gonorreia, a Aids, além das meninas, terem gravidez precoce por ausência de informação no lar e desprezo pela informação na escola em razão da negação do conhecimento do educador em prol da ideologia política fascista. Hoje, no Brasil, voltamos a ter crianças e jovens que pela doutrina religiosa não sabem o nome de seus genitais e as meninas não sabem o que fazer e como agir na primeira menstruação (Toni Junior, 2024).

Fato este que, qualquer pessoa que tentou vir no Brasil no período da recessão moral de 2018–2022 como Judith Butler (2024) foi ofendida agressivamente, quase as vias de fato por apoiadores do ex presidente por estar abordando seus estudos em local onde foi convidada para

ministrar cursos e palestras, afinal por que este Medo do Gênero que tanto atinge os nervos da extrema-direita? Ao comparar Butler a uma esfinge e se manifestar contra seu trabalho, os olhos do mundo trouxeram uma democratização negativa ao Brasil com relação à diplomacia internacional.

Instrumentos Jurídicos de Resistência contra a Transfobia e as Novas Relações Sociais

Podemos citar a Ação Direta de Constitucionalidade por Omissão (ADO26) que equipara a transfobia ao crime de racismo de 2019 e em agosto de 2023 por meio dos embargos de declaração do Mandado de Injunção (MI 4.733) em que equipara as ofensas verbais ao crime de racismo junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), no positivismo legal da Lei 14.532/2023 onde majora a injúria racial como crime imprescritível e inafiançável como formas de amenizar, proteger e trazer políticas públicas inclusivas a esta população nas áreas sociais, de emprego, segurança pública, no mínimo.

Tenório (2020)⁴ ao lidar com as inconstâncias da raça negra em tragédias do cotidiano no Brasil nas relações sociais e familiares ao trazer a trajetória dos pais na história ancestral de um protagonismo de sua própria vida, abalado pelas manifestações ao perceber o racismo na pele na subjetividade velada, haver no Brasil, na vida diferenciada de outras pessoas de cor branca, na diferença de ser e fazer em razão da cor da pele que possui.

Construção de linguagem com abordagem corajosa e segura do que de fato há no Brasil, suas mazelas históricas e seu passado não tão distante de barbárie e de discriminação contra as pessoas de cor preta, no trabalho e no cotidiano. Pessoas, cada uma com sua singularidade, que fizeram a união de classes negras e homo transexuais na equiparação da lei do crime de racismo, pelas semelhanças de traços de agressão subjetiva que sofrem em seu dia a dia, cada um com sua história, seja o racismo de cor ou o racismo de sexo e gênero.

Expressão que merece todo apreço ao comparar as obras consideradas “ingênuas” de

⁴ Livro foi censurado em escolas públicas do estado do Paraná por ser “supostamente erótico”, quando na opinião de autores sobre o tema, o motivo da censura é por se tratar da história de luta e superação de um homem negro e sua importância para a literatura brasileira como sendo protagonista e não subalterno. Porém, não há críticas dos “grandes literários” tupiniquins do ex promotor de justiça Monteiro Lobato em designar Dona Benta de “nega beijuda”. Fonte1: [https://www.geledes.org.br/o-avesso-da-pele-livro-que-debate-racismo-e-censurado-em-escolas-de-3-estados-por-reacao-equivocada-ao-conteudo-alertam-especialistas/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwxsm3BhDrARIsAMtVz6M0a1llmOW9Tr9FO1KSGQD89qjVjLhtT_PWIFBcjy0X8D24tKjyAjQaAiDSEALw_wcB].

Monteiro Lobato⁵, ex promotor de Justiça de São Paulo que adorava perseguir e condenar crianças não brancas a prisão e outras medidas cautelares, dono de expressões racistas e sexistas que fogem ao padrão, colocando o negro na cozinha e na senzala na realidade e em suas obras (Valente, 2022).

São avanços que as comunidades que representam a população trans vem conseguindo com sucesso realizar, embora em junho de 2024 o STF não julgou procedente o uso de banheiros em locais públicos de acessibilidade a pessoas trans, projeto que tramitou na corte por dez anos e teve solicitado negado, sendo os banheiros um dos locais de maior intolerância a esta comunidade.

Pelo constrangimento moral e pessoal que as pessoas transexuais sentem e sofrem com a exposição midiática de ter seguranças de *shopping* impedindo que adentre a um banheiro feminino e sem haver banheiros unissex, geralmente sendo um tipo de exclusão para as pessoas não binárias.

Realça, Preciado (2022b), que o discurso do binarismo sexual passa pela modernidade, para as pessoas que detém o poder e aquelas a quem o poder atravessa por linhas de resistência heterotópicas, como, por exemplo, a leitura de uma poesia, de uma obra literária. O estudo dos gêneros linguísticos não infere que a ficção ou uma biografia não linear possa ser considerada algo não científico e sem valor, pelo contrário são formas discursivas em que da ficção literária se extrai valores e problemas sociais que, estagnados em muitas de suas descrições por séculos, clamam por solução.

Para Rodrigues (2021) a teoria necessita de uma política feminista em que a questão é a não aceitação a heterossexualidade impositiva como padrão de gênero dominante sobre os dominados para não ser diferente, visto que a teoria *queer* é uma performance, ao ser interpretada por diversas tendências, porém sem se limitar a norma heterocentrista, ela faz a política do diferente em que é sujeito político de direitos e dignos de uma vida sem poder de dominação sobre seu gênero. Imprevisível, indeterminado, o ato de ser feminina é uma forma de denúncia, a

⁵ Em 1907, Monteiro Lobato acusa um jovem que, segundo ele: “João, filho de um alcoólatra confesso e duma mulher notoriamente reconhecida como tal, expia a funesta herança dos seus ascendentes, patenteando o fácies do degenerado em 2º grau, revelando pender para a continuação da obra de autoenvenenamento, demonstrando embrutecimento cerebral e inaptidão assimiladora [...] e denotando o predomínio incipiente dos instintos antissociais passíveis de pena.” Não foi mencionado o motivo da acusação. Disponível em: [https://www.migalhas.com.br/quentes/405678/monteiro-lobato-promotor-conheca-a-trajetória-jurídica-do-escritor]. Acesso: 02. set.2024.

construção e a manutenção da heterossexualidade como aceita e normal e as demais performances como anormais e não dignas de uma identidade articulada por instrumentos políticos.

Foucault (2010) menciona que a lógica da revolta se insere na história das relações sociais com as tramas e segredos das instituições de poder, sendo para o autor, o maior adversário para Hobbes, para isso que foi disponibilizado todas as normas para normalizar as instituições políticas e institucionais que se encontra em “O Leviatã”, lançando seu pensamento para a soberania do Estado.

Este Estado, que nem tanto ou nunca ofereceu bases epistemológicas de proteção à soberania popular, como nos planos de seguridade social em que se espera que o sujeito morra antes de se aposentar ou de preferência logo para não mais arcar com gastos com a inatividade. O que interessa ao Estado é a atividade de quem contribui com impostos, que ajuda no progresso técnico, mas que seja obediente aos sistemas de dominação da política que prevalece em um determinado Estado e às instituições dos poderes.

Qual seria, então, o ganho do Estado em oferecer leis que garantam o acesso irrestrito para que pessoas trans possam, na lei ordinária, se dirigir a um cartório e mudar de nome, sem explicações e sem demora? O que faz o Estado querer disponibilizar recursos para as cirurgias de transgenitalização e de acolhimento em clínicas para a hominização do corpo das pessoas trans? Qual seria o imperativo de defesa da sociedade que não seja pela luta, pela denúncia, pelo desobedecer às normas, por assegurar táticas e força de Estados que não são comprometidos com as pessoas diferentes, pois tais exemplos para o Estado opressor não gera a produção econômica da maximização do lucro e sim custos ao Estado e apoio a exclusão em seus nacionais como no Brasil.

No Manifesto Contrassexual, Preciado (2022b), em tom de ironia, mas de cientificidade mostra que as antigas práticas sexuais patriarcais de casamento, de ter 15 ou 18 filhos do século XVIII foram aos poucos ultrapassadas pelo progresso técnico da indústria do *dildotech*. Hoje, não é necessário ter um marido para ser mãe, basta realizar uma inseminação artificial ou fertilização in vitro (FIV). Válido para novas formas de família que não aceitam a submissão da mulher frente ao macho dominador e as pancadas que dão em seus filhos e em suas esposas, fato este que um casal trans pode educar melhor seus filhos que um heterossexual dominador.

A era *dildotectônica* estuda a formação do dildo desde seu uso nos séculos XVIII e no período vitoriano para tratar mulheres histéricas, até a era tecnológica dos dildos que pulsam sem a ação humana e realizam a mesma função com utilidade melhor ao que se destina. Podemos

dizer que a era do dildo se encaixa e se manifesta em qualquer parte do corpo e pode se materializar em qualquer lugar, da cabeça aos pés.

Cada órgão permeado pela tecnologia reinventa uma condição natural nova em que somos incapazes e onde qualquer natureza recria a incapacidade com relação a novas atividades e quem se pode escolher entre os robôs e os ciborgues sem a necessidade de uma prática heterossexual onde as bio e *cibertecnologias* são resultados de estruturas que emana do poder e podem ser instrumentos de resistência contra a sexualidade hegemônica patriarcal.

No momento em Preciado (2023) em que, se faz a cirurgia no passaporte, que representa a identidade de expressão das pessoas trans em uma sala cirúrgica para decepar o que a Medicina e as instituições judiciárias no contexto histórico renega a identidade não apenas a de nomear, mas a de proteger, de unir, de casar, de ir e voltar das ruas com segurança pública, o Direito das minorias renegadas, cortado e dilacerado no corpo cujo signo é um passaporte sendo perfurado com incisão cortante da lógica binária do “verdadeiro transexual stollerriano” ou da idealização do sonho de mudar de sexo após sete dias de sono profundo.

CONCLUSÃO

Similarmente, o gênero literário de uma biografia que não é homogênea no espaço e no tempo é uma forma de denunciar a opressão que comunidades transgêneras sofrem pelo descaso da sociedade no âmbito histórico, como um grito de que. Olha eu existo!, e que coisas como estas acontece há quatrocentos anos em países ricos e desenvolvidos como a Inglaterra, a França, a Espanha, os Estados Unidos, com tendência de piora em países em desenvolvimento como o Brasil e em países que pelo sua cultura e regime político, as relações não heterossexuais são somente com a pena capital, antes do próprio sujeito escolher por si.

Que fosse não utópico, que fosse um sonho, que as pessoas trans que buscam algum tipo de acolhimento em centros multidisciplinares de saúde acordassem realizadas sem sofrimento de terapia hormonal, sem longas filas de espera no setor público. Que, ao acordar, o Brasil não fosse mais o país que mais mata pessoas trans no mundo desde a aferição das séries históricas, situação menos pior apenas em relação a países onde há prisão e pena de morte para quem não é heterossexual (Costa e Rodrigues, 2022).

Que fosse um sonho, que ao acordar, tivéssemos leis, não apenas julgados e recomendações de equiparação da lei ordinária para pessoas transexuais, mas que houvesse leis

de fato e que as mesmas fossem efetivas no combate à violência contra a população trans, que desde sua criação em 2019, não fez o Brasil deixar de ser o país mais avassalador do mundo contra as pessoas trans, que houvesse mais prática em resolver os problemas e menos discurso em razão de um legislativo inerte a leis para pessoas trans, que não as realizam.

Fato este, as pessoas trans, em outros temas como a mudança de registro civil, casamento, pensão, herança, adoção de filhos tivessem leis próprias na separação dos três poderes, onde vemos que as conquistas não heteropatriarcais foram conquistas importantes, porém dependentes de atos administrativos, de recomendações e de julgados pela intervenção do Judiciário e não pela lei formal.

Que seja um sonho que ao dormir e acordar em uma realidade em que as pessoas sejam de fato respeitadas como qualquer outro segmento da sociedade e não uma utopia que perpassa os séculos de lutas e resistências, onde muitas destas vozes, cansaram, porém, deixaram seu legado para um país onde o preconceito é velado, subjetivo, pior que o ato explícito como nos Estados Unidos, pois o preconceito velado na sua subjetividade não há como prever o que de fato irá acontecer com quem é rejeitado(a), o agressor tem mais tempo para elaborar o que fazer e o que dizer, mais tempo para manipular e se juntar a outros segmentos que possuem a mesma doutrina, que o sonho de paz e justiça social um dia se torne realidade ao acordar.

Exemplo disso é a parte final do filme, onde se acorda pelos direitos transexuais, onde a feminista Virginie Despentes em uma sala de aula, entrega a cada um dos vinte e cinco personagens trans da obra, seu passaporte com o nome Orlando além de seu prenome de identificação, seu primeiro nome, a qual é singular a cada pessoa, seja ela homem, mulher, negra, branca, branco, jovem, adulto ou idoso onde nunca é tarde para se autodescobrir e expressar sua transexualidade e que esta entrega de um passaporte seja simbolizado pela entrega da dignidade humana trans.

REFERÊNCIAS

ANASTÁCIO, S. M. G. **A criação de Orlando e sua adaptação fílmica: feminismo e poder em Virginia Woolf e Sally Potter**. Edufba. 2006.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**. Sexualidade e gênero na experiência transexual. Ed. Devires. Simões Filho. 2021.

BUTLER, J. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. Routledge. 2020.

BUTLER, J. **Quem tem medo de gênero?** Trad. Heci Regina Candini. Ed. Boitempo. São

Paulo. 2024.

CANAL, G. C. **Transfeminicídios**: Desconstrução do dualismo entre sexo e gênero. 2022.

CHINAZZO, Ítala Raymundo *et al.* Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 5045-5056. 2021.

CHO, S; CRENSHAW, K. W. ; MCCALL, L. Toward a field of intersectionality studies: Theory, applications, and praxis. **Signs: Journal of women in culture and society**, v. 38, n. 4, p. 785–810. 2013.

CIPRIANI, A. M. The impact of censorship on the translation and publication of Virginia Woolf in Italy in the 1930s. **Translation Matters**, v. 2, n. 2, p. 83–96. 2020.

COSTA, Sofia; RODRIGUES, Liliana. (Des) construção das identidades de mulheres trans migrantes trabalhadoras do sexo em Portugal. **Investigação e prática: abordagens interdisciplinares sobre a saúde e o bem-estar das pessoas LGBTI+**. 2022.

COURTINE, J. J. **Decifrar o corpo**: Pensar com Foucault. Trad. Francisco Morás. Ed. Vozes. Petrópolis. Rio de Janeiro. 2020.

DE TONI JUNIOR, C. N. Mídia, poder e verdade: discursividade do corpo transgênero. **Nhengatu**, v. 1, n. 6, p. 282–300, 2022.

DEVUN, L. ; TORTORICI, Z. Trans, time, and history. **Transgender Studies Quarterly**, v. 5, n. 4, p. 518–539, 2018.

DUBARRY, A. **A Hermafrodita**. Trad. Nilton Milanez. Ed. Unicentro. Guarapuava. 2022.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. Trad. Maria Emantina. Editora Martins Fontes. São Paulo. 2010.

FOUCAULT, M. **Herculine Barbin**. O Diário de um hermafrodita. Trad. Irley Franco. Ed. Francisco Alves. 1983.

GARCIA, C. C. O que viu Tirésias: A identidade transexual na obra de Virginia Woolf. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 11, n. 1, p. 44–52. 2012.

JUSTIÇA. STF equipara ofensas contra pessoas LGBTQIAPN+ a crime de injúria racial. Mandado de Injunção (**MI 4.733**). Embargos de Declaração. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4239576>. Acesso: 12. mar. 2024

JUSTIÇA. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (**ADO 26**). 2019 Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4515053>. Acesso em: 15 set. 2023.

KOCK, L. B. *et al.* **A disciplina jurídica da transição de gênero, à luz da Portaria n.º 2.803/13 do Ministério da Saúde e da Resolução n.º 2.265/19 do Conselho Federal de Medicina, e o princípio da dignidade da pessoa humana no Brasil**. 2022.

- LANG, S. Native American men-women, lesbians, two-spirits. Contemporary and historical perspectives. **Journal of Lesbian Studies**, v. 20, n. 3-4, p. 299–323. 2016.
- LITARDO, E. Os corpos desse outro lado: a lei de identidade de gênero na Argentina. **Meritum, Revista de Direito da Universidade FUMEC**, 2013.
- LUCENA, S. C.; SANTOS, C. V. C. Diversidade e mercado de trabalho no Brasil. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 2, n. 2. 2019.
- MACHADO, C. da F.B. **Educação sexual em meio escolar: combate à desinformação sobre orientação sexual e identidade de gênero, e à discriminação por homofobia e transfobia**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal).
- POPADIUK, G. S. ; OLIVEIRA, D. C. ; SIGNORELLI, M. C. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 1509–1520, 2017.
- PRECIADO, P. B. **Eu sou o monstro que vos fala**. Relatório para uma academia de psicanalistas. Trad. Carla Rodrigues. Ed. Zahar. Rio de Janeiro. 2022a.
- PRECIADO, P. B. **Manifesto constrasessexual**. Práticas subversivas de identidade sexual. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. Ed. Zahar. Rio de Janeiro. 2022b.
- PRECIADO, P., B. Orlando, My Political Biography. **French documentary film directed by Paul B. Preciado**. Production Companies. Les Films Poisson. France. 2023. Disponível em https://www.mediafire.com/file/kn3hawjr5n4wdya/Orlando%252C_Ma_Biographie_Politique_AKA_Orlando%252C_My_Political_Biography.mkv/file. Acesso: 14. mar. 2025.
- REISNER, Sari L. *et al.* Global health burden and needs of transgender populations: a review. **The Lancet**, v. 388, n. 10042, p. 412–436. 2016.
- RESENDE, M. B. M. **De Orlando a Orlanda: performances trans na literatura do século XX**. 2019.
- RODRIGUES, C. **O luto entre clínica e política**. Judith Butler, para além do gênero. Ed. Autêntica. Velo Horizonte. 2021.
- SAADEH, A. (Organizador). **Como lidar com a diforia de gênero** (transexualidade). Guia prático para pacientes, familiares e profissionais de saúde. Ed. Hogrefe. São Paulo. 2019.
- SCHARDEIN, J. N.; ZHAO, L. C.; NIKOLAVSKY, D. Management of vaginoplasty and phalloplasty complications. **Urologic Clinics**, v. 46, n. 4, p. 605–618, 2019.
- SCOTT, N. Trans Rights Are Human Rights: Protecting Trans Minors' Right to Gender-Affirming Care. **Drexel L. Rev.**, v. 14, p. 685, 2022.
- SHOURESHI, P. ; DUGI, D. Penile inversion vaginoplasty technique. **Urologic Clinics**, v. 46, n. 4, p. 511–525. 2019.

TEIXEIRA, F. **Dispositivos de dor**: saberes-poderes que (con)formam as transexualidades. Ed. Anablume. São Paulo. 2013.

TENÓRIO, J. **O avesso da pele**. Ed. Coampanhia das Letras. São Paulo. 2020.

TONI JUNIOR, C. N. de. **Lutas discursivas em torno do corpo: a construção social da subjetividade transexual**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara. 2024.

VALENTE, T. A. Monteiro Lobato: rasgado, queimado, cancelado e imprescindível. **Jornal da Unesp**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Opinião. Disponível em [<https://jornal.unesp.br/2022/02/25/monteiro-lobato-rasgado-queimado-cancelado-e-imprescindivel/>]. Acesso: 14. mar. 2024.

VAN HAELTER, H. ; DHAENENS, F. ; VAN BAUWEL, S. Trans persons on trans representations in popular media culture: A reception study. **DiGeSt-Journal of Diversity and Gender Studies**, v. 9, n. 1, 2022.

VENTURA, M. **A transexualidade no tribunal**. Saúde e cidadania. Ed. UERJ. Rio de Janeiro. 2010.

WOOLF, V. **Orlando**. Uma biografia. Trad. Eliane Fittipaldi Pereira e Katia Maria Orbeg. Ed. Martins Claret. São Paulo. 2021.